



Câmara Municipal de Cláudio

Poder Legislativo - Estado de Minas Gerais

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Processo 22/2024

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

A Câmara Municipal de Cláudio/ MG pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua das Crianças, 137 – Centro – Cláudio/MG – CEP: 35530-000, por intermédio do Departamento de Compras, torna público que, realizará Dispensa de Licitação Eletrônica, com critério de julgamento MENOR, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas Termo de Referência, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Data de apresentação das propostas: 06/03/2024 a 09/03/2024

1.0 – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto desta dispensa a Contratação de Serviço de manutenção do ar condicionado do veículo oficial CITROEN C4 Lounge 2014 THP 1.6, 16v – Placa PUZ- 7998 Ano 2014, da Câmara Municipal de Cláudio./MG de forma essencial, de acordo com as condições e especificações constantes do termo de referência anexo.

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

FICHA 15- 339039 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

3.0 – DO VALOR ESTIMADO:

3.1 - O valor total estimado para contratação será de R\$ 2.900,00 (**Dois mil e novecentos reais**).

4.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site.



Câmara Municipal de Cláudio

Poder Legislativo - Estado de Minas Gerais

4.1.1 Data limite para apresentação da proposta de preços: 09/03/2024.

4.1.2 As propostas deverão ser enviadas ao endereço eletrônico

licitacao@camaraclaudio.mg.gov.br ou entregue no endereço à Rua das Crianças, 137 – Centro – Cláudio/MG – CEP: 35530-000.

4.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL PESSOA JURÍDICA:

4.2.1. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

4.2.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento das propostas;

4.2.3. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.4. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.2.5. Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;

4.2.6. Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);

4.2.7. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

4.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.3. PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.3.1 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste termo de referência serão desconsideradas julgando - se pela desclassificação.



Câmara Municipal de Cláudio

Poder Legislativo - Estado de Minas Gerais

5.0 – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias após a apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá a Câmara revogar a presente Dispensa de Licitação Eletrônica, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. A Câmara deverá anular a presente Dispensa de Licitação Eletrônica, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.3. A anulação do procedimento de Dispensa de Licitação Eletrônica, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência dela, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Cláudio/MG, 05 de Março de 2024

TANCREDO ALADIM ROCHA TOLENTINO

Presidente da Câmara

ISA MARA BARROS ROCHA

Agente de Contratação

IMBR – Agente de Contratação